

GEOGRAFIA e MARXISMO: O CASO DA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO BRASIL MERIDIONAL (NOTAS)

Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI – Itajaí/SC, Brasil

raquelfontes@brturbo.com.br

Maria Graciana Espellet de Deus Vieira
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – Florianópolis/SC, Brasil
gracianaedv@gmail.com

A partir de fundamentos teórico-metodológicos que aproximam geografia e marxismo, o presente trabalho busca analisar as singularidades do Brasil Meridional no contexto da formação sócio-espacial brasileira.

Para apreender uma *formação sócio-espacial* (Santos) deve-se considerar essencialmente três aspectos: a) a identificação e a caracterização, ao longo do tempo, das *combinações* (Cholley) de elementos do quadro natural e do quadro humano, de forma a delimitar a sua unidade e localização espacial, o que implica na consideração de *múltiplas determinações* (Marx); b) a relação entre sociedade e natureza, dentro da perspectiva do materialismo histórico e dialético, ou seja, através do conceito de modo de produção, assegurando a sua localização temporal, que se concretiza sobre uma base territorial, historicamente determinada; c) o conceito de formação social, o qual garante que a relação sociedade/natureza, seja apreendida tendo em mente processos históricos que, mesmo passíveis de generalização, têm suas particularidades definidas espacial e temporalmente.

A relação do quadro natural com o quadro humano, apesar de sempre acabar por reavivar os debates sobre o determinismo geográfico, é esclarecedora no que tange à modificação do meio ameríndio pelo processo de conquista do território sulino, que se inicia no período colonial, passando pelo imperial e chegando até o republicano.

Tal conquista já aponta, praticamente desde a sua gênese, para a constituição de uma combinação de modos de produção dominantes - que revela a integração sulina no caráter geral das *dualidades brasileiras* (Rangel) – na qual se insere a *pequena produção mercantil* (Mamigonian), a qual concretiza a particularidade sócio-econômica que distingue a evolução desta formação regional.

Este arcabouço teórico - que implica em uma abordagem geográfica, histórica e econômica – permite: a) compreender o caráter tardio da ocupação do Brasil subtropical, marcado pela distinção entre suas áreas de campo e de mata; b) reconhecer o dinamismo de um capitalismo regional, assegurado, em suas origens, pela *via dos produtores* (Marx); c) integrar a expressão regional da formação meridional à evolução da formação sócio-espacial brasileira como um todo.

1

O processo de desenvolvimento histórico/geográfico e econômico se revela através de um complexo de combinações de elementos de diversas ordens, que “respondem a medidas bem determinadas com relação ao espaço e ao tempo” (Cholley, 1964, p.140) e devem ser analisados sob todos os ângulos, pois “quem pretendesse abarcar de uma só vez, de golpe, todo o panorama, em toda a sua infinita complexidade, estaria inevitavelmente condenado ao malogro. A realidade não pode ser apreendida pelo espírito senão por partes, gradativamente. Por isso é que o homem aprendeu a proceder metodicamente, primeiro pela análise no esforço de separar idealmente os diferentes aspectos da realidade estudada, muito embora na prática esses aspectos estejam sempre reunidos e sejam inseparáveis; depois, pela síntese, quando, pela reunião dos aspectos idealmente separados buscamos reconstituir o objeto estudado, o concreto, em toda a sua riqueza de detalhes” (Rangel, 1990, pp 15 e 16). Na verdade, “só através de um ponto de vista holístico, é que se pode compreender uma totalidade. Enquanto a compreensão de um aspecto é necessária à apreensão do todo, é inadmissível negligenciar qualquer uma das partes contribuintes” (Santos, 1997, p.52).

Mamigonian (2005, p. 7) destaca o fato de que “A.Cholley assinalou que as condições econômicas se compõem de fatos físicos, biológicos e humanos de diferentes ordens, que se juntam num processo histórico e que se materializam no espaço ..., Coincidentemente o procedimento de trabalhar com combinações (A.Cholley) é o mesmo de trabalhar com múltiplas determinações (Marx). A explicação provável para esta coincidência está na origem histórica da geografia moderna e do marxismo, ambos herdeiros da filosofia clássica alemã (Kant e Hegel).”

Quais seriam, pois os elementos responsáveis pelas determinações definidoras do processo de conquista e desenvolvimento do território do Brasil Meridional, que, combinados, resultaram em uma formação sócio-espacial peculiar frente ao restante do país?

Certamente dentre os elementos referentes ao quadro natural, o clima é o mais ressaltado como um dos determinantes na estruturação da formação meridional brasileira. Lembremos então para exemplificar, dois mestres da geografia brasileira, Carlos Augusto Monteiro e Nilo Bernardes, que guardadas as particularidades em sua formação e à geração a que pertencem, afirmam, ambos, que a subtropicalidade é responsável pelo tempo e pela forma em como se estrutura o complexo de combinações geográficas do Brasil, abaixo do Trópico de Capricórnio.¹

Poderíamos nos perguntar, fazendo um raciocínio de determinismo geográfico simplista, se tal fato poderia ser generalizado para todas as áreas coloniais subtropicais?. Certamente a resposta é não, pois caso contrário teríamos no sul dos EUA, na porção subtropical mais quente, ou seja, de transição para o clima temperado continental (Gourou e Bernardes, 1968, p.10), ao sul da Baía de Delaware² um complexo geográfico de igual formação.³

Logo, o clima, assim como qualquer outro elemento de uma combinação geográfica, tem que ser tomado de forma relativa a outros elementos, sejam naturais, sejam humanos. (Cholley, 1964). Certamente as formações coloniais decorrentes do processo de conquista de Coroas não Ibéricas, no caso do continente americano, não puderam contar, para explorar, conquistar e povoar, com áreas majoritariamente tropicais, ao contrário de Portugal. Estas as condições que levam “um fator de ordem natural, a subtropicalidade, ter influído nas modalidades de aproveitamento econômico, e ser responsável pela tardia efetivação do povoamento do Sul” (Monteiro, 1967).

E para compreendermos a constituição deste povoamento do Sul bastaria, em termos de fatores naturais, o clima? Houve a estruturação de um único meio geográfico, a partir desta subtropicalidade? Ou teremos meios distintos conforme a existência de cobertura vegetal herbácea ou lenhosa, já que o Brasil, em sua porção meridional, tem não só uma unidade climática, como também uma unidade no que

tange às formações vegetais existentes, ou seja, campo e florestas (de araucária, subtropical e costeira).⁴

Certamente a cobertura vegetal foi também fator natural determinante para formar dois meios geográficos, o do latifúndio pastoril e o da pequena produção mercantil. Se compararmos este fato com o restante da porção tropical, veremos que no caso das formações herbáceas ou herbáceas – lenhosas (caatinga e cerrado), em todo o Brasil elas deram origem a formações latifundiárias pastoris. E no caso das florestais, excetuando-se a Amazônia, todas deram origem a agricultura, mas esta diferenciada, conforme o tamanho da propriedade e as relações de produção. Na área tropical tivemos as grandes propriedades e a agricultura escravista de exportação e na área subtropical a agricultura com base nas pequenas propriedades, no trabalho familiar e no mercado interno.

E a configuração do relevo em seus grandes traços? A unidade em termos morfológicos e de constituição das combinações geográficas pós conquista é dada pelo planalto meridional, na porção ao sul do trópico de Capricórnio - com suas matas e manchas de campo - separado da faixa litorânea pela barreira representada pela Serra do Mar e pelas encostas do Planalto (Serra Geral), ambas originalmente cobertas pela Mata Atlântica. A configuração deste território, no que se refere aos aspectos gerais do relevo, apresenta-se, então, dividida em duas secções – litoral e planalto – com manifestações particulares, nos três estados, já que Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, tem peculiaridades sobretudo em relação a sua faixa litorânea, com reflexos em sua rede hidrográfica.

O processo de conquista do Brasil impediu a continuidade do processo histórico das populações ameríndias aqui existentes. Qual o rumo que teriam tomado caso não tivessem sido atropeladas por uma outra escala de tempo? Quanto tempo levariam para modificar a forma de seu metabolismo com a natureza? Responder tal questão não passaria de especulação, e o que nos interessa é ressaltar que as populações aqui existentes ainda não haviam se sedentarizado e, conseqüentemente, como nômades e semi-nômades, alcançavam baixas densidades demográficas, levando inclusive a que alguns autores se refiram a estas regiões como *áreas vazias*.

Logo, o processo de conquista do território colonial português, exigia uma disponibilidade demográfica, que não se encontrava no local, como no caso da conquista hispânica em áreas de sociedades com *agricultura excedentária*⁵, que concentravam cerca de 90% do total da população do continente.

No caso do Nordeste, a solução foi a importação de mão-de-obra escrava (século XVI), na medida em que tais investimentos seriam compensados pela produção de açúcar, gênero tropical de interesse na Europa temperada, que, por isso mesmo, alcançava altos preços, justificando os elevados gastos iniciais na produção. Mas, como seria nas áreas onde o limite climático e demográfico retardava o processo de conquista colonial?

2

O processo de conquista da região litorânea Meridional da colônia lusa, além de tardio (século XVII), foi marcado pelas características que a diferenciariam da porção setentrional. A dificuldade na organização de um fluxo de povoamento mais dinâmico e efetivo deu origem a um vazio entre São Vicente e o Rio da Prata que levou Portugal e Espanha a lutarem, entre si, pela apropriação da terra e dos recursos ainda ociosos para o projeto colonial. A ação das bandeiras vicentistas⁶ é que assegurou a posse do território sulino para a Coroa portuguesa, preocupada em ocupar a região e integrá-la definitivamente aos seus domínios na América. Assim, pois, na gênese dessa formação social situa-se a preocupação da Coroa portuguesa em fixar as fronteiras meridionais do território colonial em permanente disputa com os domínios hispano-americanos. Para tanto, estimulou o avanço dos vicentistas em direção ao litoral sul com base na concessão de sesmarias que originaram as primeiras fazendas de lavouras responsáveis por um povoamento esparsos e de baixa densidade demográfica. Procedentes da Capitania de São Vicente, homens de posses deslocavam-se com escravos e agregados pelo litoral, fundando ao longo da costa vários núcleos de povoamento, em sítios portuários, entre os quais: Paranaguá (1646)⁷; “São Francisco (1658); Desterro (1673) e Laguna (1676), sendo este último o ponto mais meridional dentre os povoados costeiros, situado exatamente no marco extremo sul da linha de Tordesilhas. O coroamento destas conquistas territoriais no sul se deu com a fundação, em 1680, da Colônia do Sacramento defronte a Buenos Aires, assinalando a presença

portuguesa na foz do rio da Prata, o que concorreu para o acirramento das disputas de fronteiras entre Portugal e Espanha” (Pereira, 2002), levando a fundação em 1737 da Fortaleza e Presídio do Rio Grande, última praça portuária do litoral do extremo sul.

Após a esparsa ocupação litorânea vicentista do século XVII, ocorre nesta área o segundo povoamento português, “que constitui a maior intervenção do planejamento estatal português no sul do Brasil, tanto a nível geo-político, como enfatizaram os historiadores tradicionais, como a nível geo-econômico, já que o retorno comercial (armações de baleias, etc) e a coleta de rendas reais (contratos, impostos etc) estavam calculados, a partir dos gastos militares e de povoamento preliminares”.(Mamigonian, 1998, p. 69) Este segundo povoamento, considerado como a primeira grande experiência em moldes de pequena produção mercantil, consolida a ação lusa na ocupação efetiva do litoral sulino, ao lado das fortificações e armações baleeiras. “Assim, a ilha se tornou o lugar mais fortificado da parte meridional da América portuguesa. Ao mesmo tempo, a poucos quilômetros da maior fortaleza (Anhatomirim), foi edificada, a partir de 1742, a armação da Piedade, para obtenção de óleo de baleia, com enormes instalações marítimas e manufatureiras, propriedade do comerciante português Gomes Moreira, membro do Conselho Ultramarino, e sócios (1742-53) e depois concedida a outros grandes comerciantes portugueses, com Perez de Souza, Quintella, sucessivamente. Da ilha para o norte foram construídas outras armações: Lagoinha (1772), Itapocoroia (1778) e ilha da Graça (1807) e também para o sul: Garopaba (1795) e Imbituba (1796), como assinalou M. Ellis” (idem, p. 70). Todas edificadas por comerciantes portugueses, sob a concessão da Coroa, se mostraram como uma alternativa lucrativa para o litoral subtropical.

As armações constituíam-se de enormes instalações marítimas e manufatureiras implantadas ao longo do litoral catarinense, que se destinavam a produzir óleo de baleia, sob a concessão da Coroa com o objetivo de abastecer o mercado interno português, bem como, de fomentar o intenso processo manufatureiro europeu. A exploração dessa atividade, utilizando mão-de-obra escrava africana e também dos pequenos produtores açorianos⁸, era monopólio da metrópole interessada em ingressar no vantajoso comércio internacional de óleo de baleia, assegurando ao capital comercial português grandes lucros nas transações.

Os açorianos exerceram um papel fundamental no povoamento das terras meridionais ao ocuparem a costa catarinense⁹ e lançarem também as raízes do povoamento no Rio Grande do Sul (Viamão, Porto Alegre, Taquari e Rio Pardo etc). No caso catarinense, a colônia de povoamento que se estabelece, alicerçada na pequena propriedade familiar, distingue-se neste aspecto do restante do território brasileiro, em especial do nordeste, onde a tônica era a colônia de exploração, alicerçada na monocultora de enormes glebas de terras utilizando mão-de-obra escrava. “O colono açoriano, diferentemente do escravo, tinha a liberdade de praticar uma policultura de subsistência e utilizar seu excedente na melhoria de sua propriedade. Esse foi um dos fatores fundamentais que propiciaram precocemente a emersão do litoral catarinense à posição de destaque no cenário colonial da época como uma das áreas fornecedoras de gêneros alimentícios”. (Bastos, 2000, p. 129.) Já no caso riograndense, de litoral com características diversas (retilíneo e arenoso)¹⁰, os açorianos se interiorizam, aproveitando a rede hídrica constituída pelas lagoas Mirim e dos Patos e pelos rios Jacuí e Vacacaí, penetrando para o oeste (Roche, 1958, p.62). Dedicando-se inicialmente à produção de trigo, que apesar de vitoriosa, entrou em decadência atacada pela ferrugem, serão seduzidos pela criação e comércio do gado, tornando-se estancieiros e participando ativamente do processo de conquista e ocupação dos campos meridionais, da Campanha gaúcha.

3

A conquista colonial do planalto meridional se origina no segundo quartel do século XVI a partir também de pequenos contingentes populacionais coloniais do litoral açucareiro vicentista, exíguo e insalubre, que galgam pioneiramente a Serra do Mar, atingindo o planalto na sua porção norte (São Paulo). Os jesuítas fundam Piratininga.¹¹ Dentro do contexto colonial, a liderança na produção de riquezas para a Coroa Portuguesa cabe então ao nordeste escravista e açucareiro; logo, as atividades que se impõem para a sobrevivência da formação nascente, frente a sua posição periférica, resultam em grande mobilidade dos grupos que a compõem, tendo na mão -de -obra indígena seu maior sustentáculo.

A aliança com algumas tribos indígenas, o apresamento e escravização de índios aldeados e ou reduzidos pela Igreja Católica, através da missão evangelizadora jesuítica,

representa papel crucial na formação dos clãs bandeirantes do planalto meridional. A constituição de uma “muralha movediça”, na imagem de Gilberto Freyre (1977, p.95), traduz a combinação do desejo de ascensão dos colonos da península ibérica com o nomadismo e espírito guerreiro das nossas tribos comunistas primitivas. Não é por acaso que esses clãs mamelucos tinham como principal língua o tupi-guarani, obrigando a Coroa Portuguesa a proibí-lo no século XVIII (Pereira, 1997 , pp 87 e 88).

Esta combinação étnica e social, garantiu o exercício das atividades bandeirantes, seja na forma das bandeiras mineradoras (Planalto Oriental e Central/ Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso), quanto preadoras de índios e depois de gado (porção Sul do Planalto Meridional/ Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Isto é, “seja para explorar os vieiros auríferos de Sabará, ou seja, para povoar de gado os campos do gado do São Francisco ou os altos platôs do Iguaçu ou as planícies do Rio Grande, a bandeira é um fragmento do latifúndio” (Vianna, 1938, v.I, p.91).

Neste período de preação indígena, as *razzias* dos paulistas sobre as missões jesuíticas de Guayra e Tape (décadas iniciais do século XVII: clãs de Raposo Tavares e Manuel Preto, por exemplo), provocaram além de sangue e escravização, o êxodo da população guaraníca missioneira para as bandas de lá do Paraná e do Uruguai. Caso não houvesse sido encontrado ouro nas terras altas das Minas Gerais, estas *razzias* teriam se prolongado e estendido ainda mais o seu alcance.

A descoberta das minas, aliada ao despertar para a consciência do valor econômico das vacarias do Mar (litoral) e dos Pinhais (planalto) - que abrigavam então centenas de milhares de cabeças de gado, fruto das estâncias jesuíticas - vão sustar o ciclo de preadores de homens, substituindo-o pelo de preadores de animais, unindo os interesses de vicentistas-lagunenses e paulistas . O meio de produção fundamental deixa de ser o próprio Homem - os indígenas - sendo substituído pelo gado bovino, cavalariça, mular, que se proliferara no Rio Grande do Sul, a partir das estâncias jesuíticas. A propriedade dos homens, fonte da riqueza dos bandeirantes paulista, é substituída pela propriedade dos animais.

Segundo Vianna (1948, v. II, p.107), “o ouro produziu a conquista e a colonização de Minas, Mato Grosso e Goiaz, mas, produziu também a conquista e a

colonização de zonas situadas a incomensuráveis distâncias da localização das suas jazidas.”

O grande obstáculo para o transporte do gado na fase inicial de relacionamento da planície platina com a região de mineração, será a Serra do Mar e as Escarpas do Planalto, a Serra Geral. Até cerca de 1740 o percurso arterial de tropas, orientado pelas manchas de campo, liga Viamão, Laguna, Lages, Curitiba e Sorocaba. A partir de então o litoral catarinense se desarticula das terras de Serra Acima, alijando Laguna e fortalecendo a posição de Lages, que permanece no circuito das tropas, o que reforça a atuação da corrente planáltica de ocupação, ligando-a aos criatórios sulinos rio-grandenses.

Em fins do século XVIII, como alternativa promissora à venda de gado em pé, ou de courama (quando a carne ainda é desprezada), estrutura-se a economia charqueadora-pecuarista, utilizando mão-de-obra escrava. Tal atividade concentrava-se na Campanha, sendo que o principal centro produtor de charque situava-se na região de Pelotas, de mais fácil acesso às áreas consumidoras, em particular aquelas ligadas a economia escravista exportadora. Gutierrez (201, p. 186) referindo-se aos viajantes que descrevem o ambiente das charqueadas no seu principal núcleo, cita, entre outros, John Luccok, o qual relata que, “[...] em um só ano, um indivíduo chamado José Antônio dos Anjos abateu cinqüenta e quatro mil cabeças, charqueando-lhes a carne. As pilhas e os ossos que faziam em sua propriedade ultrapassavam tudo quanto me era dado imaginar e havia milhares de urubus, o abutre americano, adejando em volta e comendo os retalhos”.

Já nos campos do planalto meridional, de ocupação mais tardia, de difícil acesso e obstaculizados pela presença da mata, a economia charqueadora não se desenvolve da mesma forma, fazendo com que os pecuaristas destas áreas planaltinas sejam, no dizer de Jean Roche (1958), “os parentes pobres da Campanha”.

A formação pastoril, originalmente impregnada de espírito nômade, aos poucos se sedentariza, dando origem a estâncias, vilas e povoados e transformando o “meio de produção fundamental”¹² de móvel – o gado, em fixo – a terra. O monopólio da terra forma a estância pastoril, “o precoce feudalismo”¹³ das áreas de campo do Brasil Meridional.

4

É só a partir deste momento que podemos considerar concretizado o processo de conquista desta porção sul do território brasileiro. Tal conquista caracteriza-se por estabelecer, através da concessão de sesmarias, o monopólio das terras de campo pelos estancieiros. A pecuária extensiva propiciou “o aparecimento de um feudalismo precoce nas relações de produção internas da unidade. Entre o fazendeiro e o vaqueiro, cedo surgiram relações que não podem ser classificadas, senão como feudais.” (Rangel, 1989, p. 216) É assim que, “ao se tornar o Brasil independente, a aparente uniformidade de regime, que parecia reinar, se observamos apenas as relações entre as fazendas e a Coroa, na verdade ocultava profunda diferença entre as regiões agrícolas e as pecuaristas”. (id., ib.)

Assim, a formação pastoril sul-brasileira - geneticamente ligada ao mercado interno – se estrutura politicamente, a ponto de ser capaz de se contrapor militarmente aos interesses do Império Brasileiro em 1835, (Vieira, 1992) reafirmando a sua origem insubordinada e guerreira e impondo, pela força, uma “íntima aliança” com os senhores de escravos das áreas agrícolas e manufatureiras (no caso das charqueada) e, assim como com “a novel classe dos comerciantes, surgida com a Abertura dos Portos – Independência, o pacto de poder que assumiu a forma do Segundo Império.” (Rangel, 1989, p.216)

Dentre as três possibilidades apontadas por Marx (1977, p.226; 1978, vol I, p.18) para a concretização dos processos de conquista, é naquela onde se produz uma síntese, que alcançamos desvendar a gênese da nossa formação, tanto em escala nacional, quanto regional, no caso a sulbrasileira (Vieira, 1992, pp.102-106). Síntese esta que não se traduz em um novo modo de produção - como no caso romano-germânico - mas na combinação de modos de produção fundamentais, pertinentes a história da humanidade, unidos dialeticamente, ou seja, a dualidade brasileira. (Rangel, 1981). Esta dualidade é formada por dois pólos, com cada pólo constituído de dois lados, sendo que o lado externo do pólo externo encontra-se em formação estrangeira dominante. Daí a nossa suscetibilidade aos movimentos cíclicos do centro dinâmico mundial, do qual resulta, em fases recessivas, o coroamento de novos pactos políticos representante das transformações ocorridas no processo de desenvolvimento de nossas forças produtivas,

relações de produção e formas de propriedade. Tal processo, que Rangel denomina *A História da Dualidade Brasileira*, leva a crescente aproximação dos modos de produção entre os pólos, até a homogeneização, prenunciando o fim do próprio fenômeno da dualidade (Rangel, 1981, p.33).

Quando se concretiza a Independência do Brasil (1822), estrutura-se politicamente a nossa 1ª Dualidade, o pacto de poder que alia os barões / senhores de escravos com os comerciantes exportadores / importadores, estes a classe dominante efetivamente viabilizada a partir da Abertura dos Portos (1808). No lado externo, do pólo externo, encontram-se os interesses, não mais da coroa portuguesa, mas sim do capital industrial inglês. É a esta estrutura política que, em 1835, se farão impor os senhores de terras e gado do Brasil meridional. Na 1ª fase recessiva do ciclo longo do capitalismo, 1815/1848, é que se realizam estas mudanças.

5

Segundo Santos (1982, p. 14) em seu brilhante artigo intitulado *Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método*, “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica serem eles seletivos, reforçando desta maneira a especificidade dos lugares.”

A determinação geográfica desta etapa de conquista colonial e de estabelecimento de uma nova formação sócio-espacial, que Milton Santos definiria como um período dominado pelo Meio Natural¹⁴, vincula-se a outras determinações simultâneas e relacionadas, que pertencem ao quadro humano e cujo resultado, em termos de organização de modos de produção, nos remete a periodização de Ignácio Rangel, que esclarece via materialismo histórico e dialético, o que seja um meio, onde a natureza predomina.

Podemos considerar o conjunto de modos de produção, em especial os dominantes¹⁵ e anteriores ao capitalismo (escravismo e feudalismo), como pertencentes ao período regido pelo meio natural, que, segundo Milton Santos, “é marcado pelos tempos lentos da natureza¹⁶ comandando as ações humanas de

diversos grupos indígenas e pela instalação dos europeus, empenhados todos, cada qual ao seu modo, em amansar esses ritmos” (Santos e Silveira, 2001, p.27).

Para traduzirmos este meio natural, em termos de modo de produção, nos remetemos a I. Rangel (1999, p.27), quando ele aponta “um critério prático para a distinção das diversas economias, ou modos de produção: comunista primitiva, escravista, feudal, capitalista”, esclarecendo que: “cada um desses regimes (que correspondem aproximadamente as divisões convencionais da história da civilização: Pré-História, Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna...) comporta uma infinita variedade de tipos, mas o modo de propriedade dos meios de produção não varia para cada um deles”. Na Pré-História, reino do comunismo primitivo, temos como meio de produção fundamental o próprio homem, sob o modo de propriedade coletivo. Na Antiguidade, marcada pela gênese do modo de produção escravista, o meio fundamental é ainda o próprio homem, mas o modo de propriedade é privado: o escravo. Já na Idade Média, quando vinga o modo de produção feudal, é a terra o meio de produção fundamental, seu monopólio, submete os homens que nela vivem ao domínio do senhor. A Idade Moderna tem no capital (*essencialmente uma riqueza móvel*) o meio que lhe é fundamental. Seu modo de apropriação é privado e se dá através do trabalho assalariado (id.,p.28).

No período relativo ao meio natural, os meios de produção fundamentais dos modos de produção, são o homem e / ou a terra, ou seja, vivenciamos neste período um complexo de combinações de tempos históricos, cujos processos de trabalho ainda exigem, que a apropriação se dê a partir da natureza, das forças naturais que pertencem à corporeidade humana (de forma coletiva ou privada), ou da terra, como objeto geral do trabalho. As forças produtivas pertencem principalmente ao mundo da natureza: seja a terra, seja a corporeidade humana (braços e pernas, cabeça e mãos). (Marx, 1979, livro 1, cap V)

Em cada lugar, ou *locus standi*, como fala Marx (id.,ib), os meios de subsistência (víveres/meios de subsistência já prontos para consumo), os meios de trabalho e os objetos de trabalho pré-existentes naquela natureza (no caso: baleias, ouro, campos, gado, madeiras, etc) são as condições objetivas naturalmente disponíveis para a realização das atividades humanas, segundo o desenvolvimento histórico da

civilização, de forma geral e, de forma particular, no Brasil Meridional ao longo do período analisado.

As relações de produção escravistas e feudais, cujos meios de produção fundamentais (*o detentor do meio de produção fundamental estende seu império aos demais fatores e sobre essa base se estrutura a sociedade*¹⁷) atestam, em nosso caso, que neste período vivemos efetivamente num meio natural, mas mais ainda, vivemos em um meio estruturado por relações de produção e formas de propriedade condizentes com o monopólio da mão-de-obra e o monopólio da terra compatíveis com o grau de desenvolvimento das forças produtivas internas. Como se tratam de sociedades de classes, é a partir das respectivas classes dominantes que se estruturará o poder político de Estado¹⁸.

Importa lembrar, que externamente a nossa 1ª dualidade, se encontra pressionada pelos ritmos impostos por um modo de produção mais desenvolvido, o capitalista industrial, sendo que estes ritmos não correspondem mais a ritmos naturais, mas sim industriais (Mamigonian, 1999, p.155). Poderíamos então afirmar que o meio geográfico externo, que se impõe estruturalmente ao então meio natural da periferia capitalista, é o meio técnico, como o denomina M. Santos. Para Cholley (1964, p.143) as combinações mais evoluídas se estruturam pós revolução industrial, é somente a partir desta “que a parte do homem assume, nitidamente a preponderância”...

6

As áreas de campos estão na gênese da formação sócio espacial do Brasil Meridional, delas resultando a sua completa constituição, desde os alicerces e do porão -definidos pela combinação das características naturais e humanas, que responderão pelo processo de sua estruturação econômico-social - até o sótão, representado pela estrutura política resultante.(Mamigonian, 1999) Isto posto, já estaria assegurada a singularidade sulina, frente ao restante da formação brasileira? E as áreas de matas?

Na década de 20 do século XIX, por iniciativa do Império, estabeleceram-se no Brasil Meridional as primeiras colônias alemãs, baseadas na pequena produção e localizadas nos pontos onde os caminhos de tropa e de gado entravam e saíam da selva. No Rio Grande do Sul, por exemplo, foi fundada, em 1824, a colônia de São

Leopoldo, no vale do rio dos Sinos, que logo se expandiu subindo os terraços e as encostas florestais. No Paraná, imigrantes alemães fundaram, em 1829, a colônia de Rio Negro, às margens do rio de mesmo nome e, no mesmo ano, em Santa Catarina, a colônia de São Pedro de Alcântara, localizada na fronteira entre a mata despovoada e as terras já ocupadas do litoral. (Waibel, 1958, pp. 211-213).

A partir de então, durante todo o século XIX e também primeiras décadas do XX, já não mais motivados meramente pela segurança dos caminhos de tropas – fruto da gênese latifundiária pastoril da formação meridional – povoam-se as terras florestais do Brasil subtropical, com grupos de imigrantes, originalmente alemães, mas posteriormente também italianos, eslavos e inclusive japoneses.

Estas colônias, ao se introduzirem, foram modificando, sobremaneira, com a sua agricultura, o espaço natural. O meio geográfico onde se realiza a criação extensiva de gado, em grandes propriedades, com o uso de pouca mão de obra, acarreta uma organização do espaço distinta daquela da pequena produção policultora. Nestas, as áreas das propriedades são bem menores, conseqüentemente o habitat não é tão disperso, o fator demográfico é mais numeroso e o uso do solo mais intensivo (Mamigonian, 1958). Não podemos deixar de ressaltar também, que estes dois meios são estruturados por modos de produção distintos: um baseado na desigualdade de classes, ou seja, nos modos de produção, cujas classes dominantes constituem a estrutura política da formação correspondente; o outro, baseado no igualitarismo do pequeno modo de produção, se insere neste quadro econômico e social dominante. Com base então em uma estrutura social distinta daquela dominante, a pequena produção mercantil vai imprimir ao sul do Brasil um novo dinamismo econômico, consolidando a formação sócio-espacial meridional, como uma formação singular.

Qual o significado deste pequeno modo de produção, capaz de, por sua presença, particularizar uma formação sócio-espacial, nela imprimindo um ritmo de desenvolvimento econômico distinto das áreas que não o contém?

7

Em primeiro lugar, convém ressaltar o fato que este é um modo de produção, cuja origem remonta ao desenvolvimento das comunidades primitivas. Vivenciou em

sua existência, tanto o período relativo ao homem como meio de produção fundamental, quanto à terra, tendo como forma de propriedade a coletiva, daí suas características tribais e igualitárias originais.

Não é por acaso que este pequeno modo de produção, esteve presente na passagem da Antiguidade para a Idade Média, na chamada via germânica, mantendo-se em embrião no instituto da servidão (as terras comunais são rugosidades da época tribal). Suprimida pela escravidão, é reeditada através do servo de gleba, na via romana do mesmo período de transição. Afinal o servo, ainda que sob o poder do senhor do domínio, ao contrário do escravo, é um produtor independente. Com o fim da servidão, renasce a pequena produção mercantil. (Hobsbawn, 1986, p.43, Marx, 1979 livro 1, cap.XXIV). E é através da sua tendência a diferenciação social em ambientes econômicos que lhe propiciem uma maior divisão social do trabalho, que dela se origina o capitalismo, a chamada via revolucionária ou via dos produtores.(Marx, 1979, livro I, cap XXIV e livro 3, cap. XX). Nas palavras de Rangel (1980 b, p.48): “O solo econômico propício para a industrialização é uma generalizada produção pré-capitalista de mercadorias, cuja produção dominante é a ‘pequena produção de mercadorias’”.

Sob a égide deste novo modo de produção, o capitalista, o meio de produção fundamental, o capital, apropriado privadamente através da exploração do trabalho assalariado, rompe com o meio natural, revoluciona as forças produtivas, adentrando o meio das técnicas e transformando o meio geográfico.

8

Qual o papel da inserção, na estrutura social-econômica e política brasileira, dos milhares de imigrantes no século XIX e inícios do XX?

A inserção da pequena produção mercantil na história da dualidade brasileira –, perspectiva interpretativa cunhada e verificada através de estudos teóricos e empíricos pelo geógrafo Armen Mamigonian, assim como de seus orientandos – explica o motivo de ter sido abreviada a gênese (Mamigonian,1969) do nosso processo de desenvolvimento do capitalismo, que se concretiza antes da desagregação do nosso pólo interno feudal – mercantil. Explica também a regionalização que podemos fazer do processo de industrialização brasileiro, lembrando que é na formação do Brasil Meridional que encontramos, nas palavras de Mamigonian (2005, p.4):”1) a presença

de uma dinâmica pequena produção mercantil, reforçada por grande riqueza de profissões artesanais, comerciais e de serviços provenientes da Europa em industrialização, 2) precocidade do processo industrial, iniciado com pequenos capitais nos fins do século XIX, 3) um dinamismo superior à média nacional das taxas de crescimento e 4) produção de qualidade e fortemente concorrencial.”

Devemos ainda tentar responder, para concluir: a) como uma aliança de classes dominantes - a estrutura política da dualidade brasileira - potencializa a inserção desta pequena produção mercantil - a via dos produtores na transição para o capitalismo? b) Como se integra a expressão regional da formação meridional à evolução da formação sócio-espacial como um todo?

Com a fase recessiva do 2º ciclo longo do capitalismo (1877-1896), a formação brasileira, em sua estrutura política, responde com um novo pacto de poder, condizente com as forças produtivas, relações de produção e formas de propriedade, que haviam se transformado no decorrer da 1ª dualidade (ver p. 12). Com o fim da escravidão, generalizam-se as relações de produção feudais no lado interno do pólo interno das grandes unidades produtivas, que no período anterior estavam restritas às áreas *pastoris* (o *feudalismo precoce*). Assume a hegemonia do pacto na 2ª dualidade (Abolição-1888 e República – 1889) o lado interno do pólo externo, ou seja, os comerciantes importadores / exportadores (anteriormente a hegemonia era dos senhores de escravos), “promovidos” pelo capitalismo industrial inglês, que nos punha “a reboque” da sua indústria desde a 1ª dualidade (Rangel, 1980, p 51). Certamente, o transcorrer da 2ª dualidade, marcada pelos interesses exportadores, ou seja, agraristas, não teve uma política de Estado comprometida com iniciativas industriais. Mas é justamente neste período - também marcado pela Revolução de 1893 (Vieira, 1992) que representa a unidade dos conflitos da formação meridional, na medida que acontece nos seus três estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) – que ocorre “o impulso primário” da nossa industrialização (id, ib.), à revelia dos interesses das classes dominantes, representantes do poder político nacional.

Quando adentramos a fase recessiva do 3º ciclo longo (1920-1948), já havíamos gestado os embriões de nosso próprio capitalismo. A Revolução de 1930 (Pereira, 2005; Vieira, 1992), é o marco para o novo pacto de poder que se

estabelece, ajustando as forças produtivas nacionais à uma estrutura política comprometida com o desenvolvimento industrial brasileiro. Os latifundiários feudais revolucionários - basicamente oriundos das áreas de feudalismo precoce, que terão na figura de Getúlio Vargas (político e latifundiário pastoril do Rio Grande do Sul) a sua figura máxima - se aliaram à burguesia industrial nascente, originária principalmente da pequena produção mercantil, fruto do processo imigratório do século XIX. A revolução representa, portanto, uma luta entre as oligarquias regionais, em que aquelas mais preocupadas com a agroexportação, e comprometidas com a ideologia do agrarismo, foram apeadas do poder e substituídas por senhores de terras, cuja produção voltava-se, originalmente, para o mercado interno e, por este motivo se comprometem com a industrialização brasileira. Soma-se assim à via dos produtores, a via prussiana de desenvolvimento do capitalismo. Deste pacto, que no lado externo, do pólo externo, dispensa o capital industrial da Inglaterra pelo capital financeiro estadunidense, que então não bloqueava o desenvolvimento do capitalismo industrial, ao contrário do inglês, "*onde quer que (como no Brasil), já se houvessem criado as pré-condições para isso*". (Rangel, 1980, p.51.)

Certamente a fase recessiva do 4º ciclo longo (1973 -), que nos encontra com o parque industrial completo e em pleno desenvolvimento do capitalismo no campo, ainda não resultou em um novo pacto de poder, aquele que efetivamente representaria o caminho da *homogeneização* da formação brasileira (ver p. 12). Da mesma forma que o capitalismo inglês (imperialismo) obstaculizava o desenvolvimento do nosso capitalismo industrial; hoje o capitalismo estadunidense (imperialismo - neoliberalismo) o faz em relação ao nosso capitalismo financeiro. A questão do desenvolvimento sócio-econômico e da soberania nacional urge ser recolocada.

NOTAS

¹ "Quando outras áreas brasileiras já produziam para um mercado externo metropolitano, o Sul não tinha condições de concorrer para esse comércio, pois aí não se podia obter produtos tropicais. Este fator de ordem natural, a subtropicalidade, influenciando nas modalidades de aproveitamento econômico, foi, pois, o responsável pela tardia efetivação do povoamento do Sul." (1967, p. 88) "As feições morfológicas*", certamente se estendem bem mais para o norte da região em causa. Porém clima, cobertura vegetal, solos, tipo de povoamento, formas econômicas constituem um complexo geográfico de cunho sub-tropical muito nítido..". (Bernardes, 1969, p 70) * O autor se refere ao planalto meridional brasileiro

² Sobre a questão das faixas climáticas e a conquista colonial ver Prado Jr (1971), Cap.2; e Rangel (1993). Este último, aborda a questão do quadro natural, relacionado com as populações existentes pré-conquista, para então entender o processo de estruturação da economia colonial.

³ Lembrando os latifúndios escravistas do sul subtropical dos EUA, comparáveis aos do nosso tropical nordeste escravista.

⁴ Na faixa litorânea, somam-se à mata atlântica, as restingas e mangues.

⁵ As áreas com produção excedentária de alimentos e população sedentarizada, correspondiam ao Império Inca, à Confederação Asteca e Povos Maias. Estes alcançando densidades mais baixas.

⁶ A ocupação da capitania de São Vicente, doada a Martin Afonso de Souza, data do 2º quartel do século XVI (1532). Pero Lopes de Souza, donatário da Capitania de Santo Amaro e Terras de Sant'Ana – a mais meridional das capitanias hereditárias – jamais tomou posse do território que recebera.

⁷ As tentativas de conquista, no caso do exíguo e insalubre litoral paranaense, se iniciam já no século XVI, motivadas pela busca do ouro.

⁸ Os pequenos produtores açorianos participavam da atividade na fase de caça do animal, como arpoadores, timoneiros e também remeiros. Sobre o assunto ver Silva (1992).

⁹ O recortado litoral catarinense, banhado por inúmeros rios da vertente atlântica e servido por vários portos, teve um papel fundamental no processo de colonização.

¹⁰ Conforme Roche (1958, p. 61 e 62) “A única passagem praticável aos navios mercantes é a do Rio Grande, que, por sua vez, é o único porto marítimo numa extensão de 600km de costa. (...) Chegou-se a afirmar que o Rio Grande do Sul via-se isolado por uma ‘cortina de areia’. (...) Longe de favorecer o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, essa fachada atlântica, inútil e hostil, retardou ou paralisou seu povoamento e seu melhor aproveitamento.”

¹¹ Sobre o assunto consultar o estudo de Prado Jr *O Fator Geográfico na Formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo*” In: **Evolução Política do Brasil e outros Estudos.**; como também o trabalho de Barros, G. L. **A. Cidade e o Planalto.**

¹² Conforme Rangel, I. (1999) pp. 27 e 28.

¹³ Conforme Ignácio Rangel (1989, p.216) nas áreas de campo do Brasil Meridional, assim como no sertão nordestino, a atividade pastoril estabeleceu precocemente a terra como meio de produção fundamental, decorrendo daí o “feudalismo precoce”.

¹⁴ Santos (1997) discute, no capítulo 10, uma proposta de periodização da história do meio geográfico.

¹⁵ Diferença entre modos de produção dominantes e a pequena produção mercantil.

¹⁶ Ver Maurício Vinhas de Queiroz na obra *Messianismo e conflito social(a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916)* sobre criação de gado totalmente integrada aos ritmos da natureza – a naturalidade da criação. p. 20.

¹⁷ Rangel (1999, p.27)

¹⁸ Engels p 191 “O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é ‘a realização da idéia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela, se distanciando cada vez mais, é o Estado.”

Referências Bibliográficas

- Bastos, José Messias. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In: Lins Hoyêdo Nunes et al. *Ensaio sobre Santa Catarina*, Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- Bernardes, Nilo. A Grande Região Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.
- Cholley, André. *Observações sobre alguns pontos de Vista Geográficos*. In: Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: CNG, n. 179 e 180, 1964.
- Engels, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 18 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- Mamigonian, Armen. *Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço*. In: GEOSUL, v.14, n.28. Florianópolis: EdUFSC, 1999.
- _____. *Gênese e objeto da Geografia: passado e presente*. In: GEOSUL, v. 14, n.28. Florianópolis: EdUFSC, 1999.
- _____. Habitat rural e urbano. In: *Atlas Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis: IBGE/DEGC, 1958.
- _____. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina. In: Andrade, Manuel Correia et al. (orgs) *O Mundo que o Português criou*. Recife: CNPq/Fjn, 1998.
- _____. Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. In: Boletim do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente, n.2, 1969.
- _____. Estudos sobre o Pensamento Geográfico. 2005. 290f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- Monteiro, Carlos Augusto et al. O Brasil Meridional. In: *Panorama regional do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967, p. 85-108.
- Marx, Karl. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Introdução de Eric Hobsbawm. 5 ed. Trad. de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. Karl. *El Capital*. 7 ed. México: Siglo Veintiuno, 1979.
- Pereira, Raquel Maria Fontes do Amaral. *A Geografia e as Bases da Formação Nacional Brasileira*. 1997, 271f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.
- _____. Formação Sócio-espacial do Brasil Meridional: passado e presente. Comunicação coordenada. In: *Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa; UFPB, 2002.

_____. A revolução de 30 lições para a saída da crise brasileira atual. Comunicação coordenada. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: USP, 2005.

Prado Junior, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda, 1957.

Rangel, Ignácio. *Feudalismo e Propriedade Fundiária*. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense / Secretaria de Estado da Cultura/Editora da UNESP, 1989 p. 209-226.

_____. Ignácio. História da Dualidade Brasileira. In: *Revista de Economia Política*, 4 (1), São Paulo, 1981, p. 5-34.

_____. Ignácio. Revisitando a questão nacional. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. V.26, 1980, p. 47-58.

_____. *Dualidade básica da economia brasileira*. 2 ed. São Paulo: Bial, 1999.

_____. Milton. *Espaço e Sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1992.

Santos, Milton. *Espaço e Método*. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. Milton e Silveira, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Vianna, Francisco José de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1938.

_____. Francisco José de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, v. II, 1948.

Vieira, Maria Graciana Espellet de Deus. *Formação Social Brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido*. 1992, 135f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 1992.

_____. Maria Graciana Espellet de Deus. Formação sócio-espacial do planalto catarinense: gênese e desenvolvimento. Comunicação coordenada. In: *Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*. João Pessoa; UFPB, 2002.

_____. Maria Graciana Espellet de Deus e Pereira, Raquel Maria Fontes do Amaral. Formações sócio-espaciais catarinenses; notas preeliminares. In: *Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC/MEC/CAPES, 1997.

Waibel, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1958.